

POR UMA PRÁTICA DOCENTE TRANSFORMADORA:

A creche e o direito à cidade para bebês e crianças pequenas

Daisy Dias Cunha

Marta Regina Paulo da Silva



POR UMA PRÁTICA DOCENTE TRANSFORMADORA:

**A creche e o direito à cidade para bebês e
crianças pequenas**

**Daisy Dias Cunha
Marta Regina Paulo da Silva**

Foto Capa: Freepick

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cunha, Daisy Dias

Por uma prática docente transformadora [livro eletrônico] : a creche e o direito à cidade para bebês e crianças pequenas / Daisy Dias Cunha, Marta Regina Paulo da Silva. -- São Caetano do Sul, SP : Ed. das Autoras, 2024.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-27384-6

1. Creches 2. Direito à educação 3. Educação
4. Formação docente - Metodologias ativas
5. Prática pedagógica I. Silva, Marta Regina
Paulo da. II. Título.

24-244815

CDD-370.733

Índices para catálogo sistemático:

1. Prática docente : Educação 370.733

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



"A cidade é um espaço de relações, encontros e trocas. Deve ser aberta a todos, inclusive às crianças, que têm direito a experimentá-la e transformá-la".

(Francesco Tonucci, 2005)

"Um menino nasceu, o mundo tornou a começar"

(Guimarães Rosa)



Dedico este trabalho aos meus pais, pelo apoio incondicional e amor inabalável que sempre me proporcionaram, tornando possível cada passo dessa jornada.

Dedico também à minha orientadora, Professora Dra. Marta Regina Paulo da Silva, pela confiança depositada em mim, pela paciência durante todo o processo e pelo incentivo constante que me guiou até a conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos e amigas, que ficaram ao meu lado compartilhando momentos de alegria e superação, meu sincero agradecimento pelo companheirismo e apoio.

A todos vocês, minha mais profunda gratidão, pois, sem o apoio e a dedicação de cada um(a), esta conquista não teria sido realizada.

Daisy Dias Cunha



Foto: Freepick

SUMÁRIO

Apresentação	10
Bebês, crianças e direito à cidade	14
Documentos legais e a promoção do direito à cidade	17
Repensando os espaços urbanos junto aos (às) professores (as)	20
Direito à cidade na infância:	31
materiais, estratégias e reflexões	
Planejar e avaliar: caminhos para.....	36
integrar cidade e educação infantil	
Sugestões para Formação	40
Algumas Considerações	42
Referências	44



APRESENTAÇÃO

Foto: Freepick



O Mestrado Profissional em Educação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, para promover a difusão científica e preparar seus/suas estudantes, prevê como trabalho de conclusão dois produtos educacionais: A dissertação e um produto resultante do trabalho de pesquisa. Esta exigência está presente na Portaria Normativa nº 17 de 28 de dezembro 2009 - artigo 4º, que trata sobre o objetivo do Mestrado Profissional: “capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho” (Brasil, 2009, p. 2).

Nessa perspectiva, o objetivo deste produto educacional consistiu na elaboração de ferramentas didáticas para a formação docente, buscando meios para solucionar, ou, ao menos, minimizar as questões-problema que movimentam a pesquisa “Por uma prática docente transformadora: a creche e o direito à cidade para bebês e crianças pequenas” (Cunha, 2024), a saber: “Como as professoras e professores do Centro de Educação Infantil do município de São Paulo, por meio de suas práticas pedagógicas, atuam na perspectiva de assegurar o direito dos bebês e das crianças pequenas à cidade?”. Em um esforço para que este produto contribua de alguma forma para que educadores(as) possam refletir suas práticas pedagógicas, consciente que bebês e crianças pequenas são sujeitos de direito, entendendo que o produto é:

[...] resultado palpável de uma atividade docente ou discente, podendo ser realizado de forma individual ou em grupo. O produto é algo tangível, que se pode tocar, ver, ler etc. Pode ser um cultivar ou um conjunto de instruções de um método de trabalho. O Produto é confeccionado previamente ao recebimento pelo cliente/receptor, que só terá acesso após a conclusão dos trabalhos (Capes, 2019, p.16)

Assim, o presente produto educacional constitui a materialização desta pesquisa. Seu objetivo é subsidiar estratégias e ações que possam ser incorporadas à prática pedagógica de professores e professoras da Educação Infantil que atuam com crianças entre 0 a 3 anos.

Reconhece-se que a infância é um período singular e potencialmente transformador na vida de qualquer ser humano. No entanto, a vivência da infância em espaços urbanos continua a representar um desafio significativo, especialmente para os bebês e crianças pequenas, frequentemente invisibilizados(as) nas políticas públicas e nas práticas pedagógicas.

Nesse contexto, este Caderno Didático emerge como uma possibilidade para subsidiar a formação docente que valoriza a centralidade da Educação Infantil na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, em que se busca ampliar e efetivar o direito à cidade desde os primeiros anos de vida, promovendo uma educação que seja verdadeiramente emancipadora e sensível às necessidades das infâncias.

Inspirado em autores como Henry Lefebvre, que concebeu o direito à cidade como um espaço democrático de vivência e transformação coletiva, e em estudiosos(as) da infância como Manuel Jacinto Sarmiento, Francesco Tonucci e Márcia Gobbi, este material articula teoria e prática para fomentar reflexões críticas e ações pedagógicas que promovam a cidadania infantil. A partir da perspectiva da Sociologia da Infância, que compreende os bebês e as crianças pequenas como sujeitos ativos, produtores(as) de cultura e detentores(as) de direitos, convidamos educadores e educadoras a refletir suas práticas cotidianas e os ambientes educativos.

A creche ou centro de educação infantil é apresentada aqui como um espaço privilegiado de mediação entre bebês, crianças e a cidade, ampliando os horizontes das interações infantis e fortalecendo a conexão com os territórios urbanos. Segundo Tonucci (apud Ribeiro, 2016), uma cidade pensada para as crianças — e com elas — é mais acolhedora, segura e inclusiva para todos os seus habitantes.

Nesse sentido, este material propõe-se a instrumentalizar

professores(as) na criação de ambientes educativos que promovam a autonomia, a participação e a expressão das múltiplas linguagens dos bebês e das crianças pequenas, como defendido por autores(as) como Paulo Freire e Fúlvia Rosemberg.

Além disso, ancorado nos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Currículo da Cidade de São Paulo – Educação Infantil, este Caderno também reforça a importância de práticas pedagógicas aprovadas a políticas públicas inclusivas e transformadoras. Ele se apresenta como uma ferramenta para educadores(as) que desejam compreender e aprofundar os conceitos de direito à cidade, cidadania e participação infantil, buscando integrá-los à prática pedagógica.

Por fim, o Caderno pretende ampliar a visão sobre o papel do(a) professor(a) como agente ativo na democratização dos espaços urbanos. Como afirmou Lefebvre (2001), o direito à cidade não é apenas o acesso individual aos espaços urbanizados; é também o direito coletivo de transformar a cidade e transformar-se ao fazê-lo. Assim, com base na prática pedagógica cotidiana, buscamos inspirar educadores(as) a assumir um papel crítico e inovador na construção de uma cidade mais justa e de um ambiente educativo que acolha e valorize o poder dos bebês e crianças pequenas.

Convidamos você, professor(a), a explorar, refletir e transformar, com as crianças, os espaços urbanos e as práticas educativas. Afinal, garantir o direito à cidade para os bebês e as crianças pequenas é também garantir um presente e um futuro mais humano e democrático para todos (as) nós.

Boa leitura!

Bebês, crianças e o direito à cidade

Foto: Freepick



O direito à cidade, concebido por Lefebvre (2001), transcende a visão restrita de acesso físico aos espaços urbanos, promovendo a ideia de participação ativa e transformação desses espaços para todos(as) os(as) cidadãos e cidadãs, inclusive os(as) mais jovens.

Essa abordagem enfatiza que a cidade deve ser um lugar de convivência, compartilhamento e criação, e não apenas de segregação e exclusão, o que exige um olhar atento à presença de crianças e bebês no espaço urbano. Estudos recentes, como os desenvolvidos no

projeto “A Criança e a Cidade”, organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reforçam a relevância de envolver crianças na construção de políticas públicas que as afetam diretamente (Carvalho; Bizotto, 2022).

Os bebês e crianças, historicamente, são frequentemente invisibilizadas(os) por uma concepção adultocêntrica da sociedade. Essa exclusão tem raízes na consolidação do espaço público como um domínio masculino e adultos, relegando as crianças ao ambiente doméstico ou institucional, como os centros de educação infantil. Essa dinâmica restringe suas interações sociais e limita suas vivências culturais. Conforme apontado por Francesco Tonucci (2005), a presença infantil no planejamento urbano é essencial para democratizar a cidade e torná-la mais inclusiva e acolhedora para todos(as).

Do ponto de vista legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990) e o Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2016) reconhecem as crianças como sujeitos de direitos, incluindo a necessidade de espaços urbanos que atendam às suas necessidades e promovam seu desenvolvimento integral.

No entanto, a efetivação desses direitos ainda enfrenta barreiras graves, como a desarticulação de políticas públicas e a desigualdade social que caracteriza a realidade brasileira (Brasil, 1990; 2016), isso se agrava quando buscamos, tanto na literatura quanto nos marcos legais, os direitos dos bebês e não encontramos grandes subsídios consolidados nesta perspectiva para este público alvo que se encontra entre 0 a 3 anos.

A exclusão dos bebês e crianças do espaço público não é apenas um reflexo da urbanização excludente, mas também uma manifes-

tação das desigualdades estruturais da sociedade. Dados do UNICEF (2020) destacam que bebês e crianças negras e periféricas estão mais expostas à violência urbana, à pobreza e à falta de acesso a serviços básicos, o que reforça a necessidade de uma abordagem interseccional e inclusiva no planejamento das cidades.

A inserção do direito à cidade na prática pedagógica, especialmente na Educação da primeira infância, exige uma reconfiguração dos centros de educação infantil ou creches e pré-escolas como espaços de mediação entre bebês, crianças e o espaço urbano. Inspirado nos princípios freirianos, que valorizam a autonomia e a participação ativa (Freire, 2017), esse processo exige a criação de práticas pedagógicas que promovam a escuta ativa de bebês e crianças, reconhecendo-as como protagonistas de suas próprias experiências urbanas.

Esse processo participativo é defendido no Currículo da Cidade de São Paulo – Educação Infantil (São Paulo, 2019), que afirma ser fundamental que educadores(as) articulem suas práticas com a promoção de cidadania e inclusão urbana, utilizando estratégias pedagógicas que ampliem as possibilidades de interação dos bebês e das crianças com o território.

Assim, uma creche pode se tornar um espaço não apenas de cuidado, mas também de transformação social, onde o brincar, a experimentação e a convivência podem expressar seu potencial.

Essa fundamentação teórica evidencia que o direito à cidade para bebês e crianças pequenas não é apenas uma questão de acesso aos espaços, mas um convite à construção coletiva de uma sociedade mais justa, que reconheça a infância como uma etapa rica em potencialidades para transformar o presente e o futuro urbano.

Documentos legais e a promoção do direito à cidade

A análise dos documentos curriculares, em especial aqueles que norteiam a Educação Infantil, é fundamental para compreender como o direito à cidade pode ser articulado na prática pedagógica. Documentos como o Currículo da Cidade de São Paulo – Educação Infantil (São Paulo, 2019) e o Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2016) reconhecem bebês e crianças como sujeitos de direitos e apontam a importância de espaços educativos que promovam a autonomia, a participação e o vínculo com a cidade.

O Currículo da Cidade de São Paulo – Educação Infantil é um exemplo significativo, pois estabelece diretrizes que ampliam o conceito de educação, conectando-o ao território e à diversidade cultural. Ele reforça que as práticas pedagógicas devem considerar o ambiente urbano como um campo de aprendizagem, destacando a importância da interação das crianças com o espaço público.

O currículo também propõe estratégias que incluem o uso dos espaços externos da escola e do entorno imediato para ampliar as experiências infantis e fortalecer o sentimento de pertencimento dos bebês e crianças ao território.

Já o Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2016) valoriza o desenvolvimento integral de bebês e crianças nos primeiros anos de vida, incentivando ações intersetoriais que envolvam educação, saúde, cultura e urbanismo.

Ele estabelece a importância de criar políticas públicas que favoreçam o acesso das crianças a espaços seguros e inclusivos, promovendo o brincar, a convivência e a interação com a comunidade. Essa visão foi sistematizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante o direito de todas as crianças à educação, à cultura, ao lazer e ao convívio social (Brasil, 1990).

Entretanto, apesar das orientações apresentadas nos documentos oficiais, sua aplicação no cotidiano das creches e pré-escolas ainda enfrentam muitos desafios.

A desarticulação entre políticas públicas e práticas pedagógicas limita o alcance das propostas, enquanto as desigualdades sociais e territoriais dificultam o acesso das crianças e principalmente dos bebês a espaços urbanos de qualidade. Além disso, a formação docente nem sempre contempla a temática do direito à cidade, o que reforça a necessidade de momentos formativos que integrem esse conceito às práticas cotidianas.

O direito à cidade, como conceito pedagógico, está diretamente relacionado ao reconhecimento das múltiplas linguagens das crianças e à valorização de sua participação ativa no planejamento e uso dos espaços urbanos.

Conforme o Currículo da Cidade de São Paulo, é essencial escutar bebês e crianças e considerá-las protagonistas de suas experiências. Isso exige que os(as) educadores(as) utilizem os documentos curriculares como ferramentas para atividades planejadas que conectem as crianças aos territórios que habitam, promovendo interações significativas com os espaços urbanos. A análise do Currículo da Cidade de São Paulo evidencia que o direito à cidade não deve ser

um conceito abstrato, mas uma prática integrada ao planejamento pedagógico.

A promoção de experiências urbanas que valorizam a diversidade, a autonomia e a criatividade de bebês e crianças é essencial para garantir que a Educação Infantil cumpra seu papel como agente de transformação social e democratização dos espaços urbanos.

Foto: Freepick



Repensando os espaços urbanos junto aos(as) professores(as)

O papel dos(as) educadores(as) vai além do ambiente escolar, impactando diretamente a maneira como as crianças e suas famílias se relacionam com a cidade e os recursos disponíveis. Envolver as famílias e a comunidade pode enriquecer significativamente a experiência educativa dos(as) pequenos(as), promovendo maior inclusão e acessibilidade a espaços culturais e recreativos diversos, além de oportunizar junto às famílias a construção de uma visão crítica para os problemas do território.

A percepção de que bebês e crianças pequenas podem ser inconvenientes muitas vezes reflete uma falta de adaptação dos ambientes e serviços às suas necessidades específicas. Para mudar isso, é necessário reestruturar esses espaços para incluir fraldários, áreas seguras e estimulantes, e profissionais capacitados(as).

Estratégias lúdicas e interativas não só promovem um desenvolvimento mais enriquecido, como também ajudam a integrar as crianças e suas famílias de forma positiva ao ambiente urbano, lembrando que o lúdico não é apenas “divertido” ou “prazeroso”, ele pode ser profundo, reflexivo e intencional, ampliando as experiências das crianças e conectando-as com aspectos sociais, culturais e emocionais de sua realidade. No que tange às ações pedagógicas na garantia do direito à cidade, em grupo focal realizado com docentes

durante a pesquisa de mestrado, um dos participantes afirmou que, “no ofício dos(as) professores(as) há o papel político de inserir os familiares e a comunidade escolar, pois eles(as) também devem estar juntos(as) na luta pela garantia de oportunidades”. O envolvimento da família, inclusive nos passeios, pode tornar tudo mais prazeroso, além de possibilitar as saídas, já que existe uma barreira com a falta de funcionários(as) suficientes para essas possíveis saídas pelo território ou pela cidade.

Ao existir o maior comprometimento, é possível ampliar a luta pelo acesso dos bebês e crianças a espaços que não somente a creche, como teatros, museus, centros culturais, além dos lugares já existentes, como bebetecas, parques de diversão etc.

A fim de ampliar a luta pelo direito à cidade para crianças pequenas e bebês, é fundamental que a formação docente seja crítica e condizente com as reais necessidades. A esse respeito, Tonucci (apud Ribeiro, 2016) faz uma reflexão importante:

" O que temos que esquecer é que o papel de um professor seja ensinar. Ensinar significa transmitir parte de uma cultura dos que sabem aos que não sabem. Essa ideia gira em torno de uma ideia muito antiga de que há um vaso vazio que precisa ser preenchido. Essa hipótese é equivocada: as crianças são completas desde que nascem e possuem tudo aquilo que necessitam para viver. A questão é que cada um está cheio de competências, desejos e habilidades diferentes do outro".

Para Tonucci, um(a) bom/boa professor(a) é aquele(a) que escuta as crianças e dá visibilidade a suas vozes, promovendo o trabalho em grupo, pois acredita que são as próprias crianças que constroem o conhecimento, não sendo apenas receptoras passivas. Nesse sentido, Saito e Oliveira (2018, p. 10) argumentam que “[...] é urgente educarmos nossas práticas para uma atuação comprometida com o desenvolvimento integral da criança, mediando situações que favoreçam conceitos humanizadores no ensino, como criticidade, criatividade e expressão”.

Além disso, as ações intencionadas, fundamentadas em concepções críticas de educação e planejamento estratégico, abrem caminho para que a Educação Infantil se torne verdadeiramente inclusiva. A ideia de que as crianças e principalmente os bebês devem permanecer restritas a espaços exclusivos pode limitar suas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

Ao adotar uma abordagem pedagógica que promova a inclusão e a exploração de diferentes ambientes, não apenas desafiamos tal visão restritiva, mas também enriquecemos a experiência educacional desses indivíduos. No entanto, tal concepção restritiva ainda não está superada, visto que no relato de um dos participantes da pesquisa, evidenciou-se que essa prática não é apenas “de professor antigo”:

“A pessoa vem de uma concepção que ela foi formada, [mas] que ao longo dos anos vem se estruturando. Porque quando eu entrei na educação infantil, isso em 1997, o bebê ficava em berço. Minha obrigação, de manhã, era limpar os berços com o álcool, colocar o lençol limpinho e colocar cada bebê no seu bercinho. Isso era educação infantil de berçário, alimentar na hora certa, três, quatro bebês, mas tudo isso vem mudando e a gente, o professor, tem

que acompanhar. Por isso a necessidade da formação constante e principalmente depois de uma fase da EMEI e no fundamental isso se perde, por quê? Porque precisa conter, precisa produzir.”

Esse relato reflete uma mudança significativa na abordagem da Educação Infantil ao longo dos anos. A participante menciona que, em 1997, o foco estava na rotina e nos cuidados básicos com os bebês, como a limpeza dos berços e a alimentação. Esse tipo de cuidado era parte essencial do trabalho no segmento. Com o tempo, a prática educacional transformou-se, e a necessidade de formação constante para os(as) professores(as) se tornou mais evidente para uma educação para além do cuidar, que também é importante, porém que não se restringe somente a isso.

As conquistas na Educação Infantil refletem uma busca por práticas mais integradas e holísticas, mas, ao mesmo tempo, demanda maior atenção dos(as) governantes. Afinal, se devemos considerar o desenvolvimento integral dos bebês e crianças e a importância de uma formação constante para os(as) profissionais da área, igualmente precisamos lutar para que essas condições sejam acessadas por todos(as) os(as) educadores(as).

Em contrapartida, a fim de que a formação docente seja transformadora, ela precisa se abrir ao diálogo, que, a seu turno, não é somente um método ou uma técnica para obter resultados pragmáticos, mas sim: [...] uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os seres humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e a refazem (Freire, 1987, p.123).

A relação dialógica entre bebês, crianças e educadores(as) é desafiadora, e tem como princípio o sonho da transformação social, afinal, o(a) professor(a) é um dos elos mais fortes dos bebês e das crianças pequenas com a creche, e o ato de compartilhar experiências enriquece todo o processo de ensino e aprendizagem. Para Freire (2017), o bom professor ou a boa professora é aquele(a) que, ao ensinar, consegue envolver as crianças no movimento do seu pensamento, transformando o encontro educativo em um desafio, e não em algo monótono.

Dessa forma, as crianças acompanham o raciocínio, percebendo as pausas, dúvidas e incertezas, sem se desmotivarem ou se dispersarem. Uma relação dinâmica entre os(as) docentes e os(as)

"Ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo com consciência e sensibilidade. Não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem educadores. Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas".

Nesse sentido, os(as) professores(as) precisam estar dispostos(as) a novas experiências e se dedicar a conhecer documentos e práticas que preveem a ampliação dos direitos aos bebês e às crianças pequenas. Isso porque, conforme argumenta Silva (2021), as concepções de criança e infância são categorias historicamente construídas e, portanto, sua compreensão tem se transformado ao longo do tempo, em resposta aos variados contextos sociais, político econômicos e culturais nos quais estiveram inseridas.

Os(as) docentes precisam estar cientes de como essas percepções mudaram e como afetam a prática pedagógica atual. A edu-

cação, por sua vez, deve ser repensada à luz de novas compreensões sobre infância e direitos das crianças, especialmente incluindo os bebês nessas concepções, incorporando abordagens que atendam às necessidades contemporâneas e estejam alinhadas às políticas e diretrizes hodiernas. Essa reflexão sobre a evolução histórica e contextual da infância ajuda a promover um ambiente educacional mais inclusivo e respeitador dos direitos das crianças.

A disposição dos(as) educadores(as) para abranger novas experiências e o conhecimento profundo das mudanças históricas na compreensão da infância são fundamentais para oferecer uma educação de qualidade social. Compreender a construção histórica das categorias “criança” e “infância” permite que esses(as) profissionais repensem suas práticas e promovam um ambiente educacional que atenda às necessidades e direitos dos bebês e crianças de forma crítica, consciente e humanizada.

Isso faz parte do reconhecimento do território; isto é, saber que a formação prévia de um(a) professor(a) é apenas o começo, mas trabalhar em uma unidade educacional requer comprometimento contínuo.

Assim como as lutas históricas das mulheres resultaram em importantes conquistas, o ato de avançar na ampliação da cidadania infantil também abre novas oportunidades de se vislumbrar um mundo melhor. Superar a concepção de infância como ausência ou um ser imaturo e frágil nos possibilita ter condições subjetivas de superar a exclusão infantil. De acordo com Barbosa, Alves e Martins (2008, p. 4).

"Quando se trata da infância, a cidadania parece ser colocada como projeto futuro: "a criança de hoje é [será] a cidadã de amanhã". Ou seja, é como se a cidadania desabrochasse no adulto (bem) educado e ajustado às normas e padrões sociais. Porém, aqui não deixa de haver uma abstração do termo "cidadania": algo pronto a ser dado em algum momento e em situações nas quais o sujeito recebe um título socialmente concedido".



Foto: Freepick

Os(as) professores(as), participantes da pesquisa, concordam que o direito à cidade é multifacetado e requer sobretudo a centralidade da educação, tanto na formação crítica dos(as) docentes quanto na elaboração de perspectivas pedagógicas que centralizem os bebês e crianças. Uma cidade inclusiva requer um movimento coletivo, crítico e transformador, que leve em consideração as necessidades de todos os sujeitos, desde os zero anos até as pessoas idosas.

Quando identificamos os problemas relacionados à infância, tais como as condições sociais (que podem ser vulneráveis), a ausência e/ou redução da participação dos bebês e crianças pequenas no planejamento urbano, diagnosticamos ne-

cessidades que podem estar ligadas a grupos igualmente suscetíveis à violência urbana, como pessoas com deficiência e idosos(as).

A definição dos direitos da criança, expressos na Constituição de 1988, no ECA e a LDB, é parte de uma história coletiva, que envolve movimentos sociais femininos, militantes em prol da educação pública, educadores(as) e famílias. Tais iniciativas expressaram avanços históricos, entre eles, a incorporação da Educação Infantil à educação básica e o entendimento da criança como um sujeito de direitos. Contudo, esses direitos precisam estar constantemente nas pautas, pois ainda há muito o que se avançar.

Pensar a questão cidadã desde a primeira infância possibilita que bebês e crianças cresçam em um mundo no qual são escutadas e, portanto, participem da construção do espaço e se integrem a ele, de modo a responsabilizar-se coletivamente por seus rumos. Quando uma concepção democrática é valorizada em todas as etapas da vida, os(as) professores(as) podem, conjuntamente, definir quais políticas educacionais são pertinentes à sua formação.

A educação não deve estar delineada a partir de organismos internacionais, desconsiderando as diferenças locais e regionais — que fazem sentido ao ser humano. Assim, é preciso buscar um conhecimento que se conecte com o interesse e as necessidades das crianças, adolescentes e adultos(as). Todavia, isso só será possível com o comprometimento dos(as) cidadãos/cidadãs com uma educação, de fato, para todos(as).

Desse modo, a fim de compreender como os(as) docentes, por meio de suas práticas pedagógicas, atuam para assegurar a intersecção entre o direito à infância e à cidade, é fundamental explorar como a presença ativa das crianças nos espaços urbanos transfor-

ma tais ambientes e, por sua vez, como eles impactam o desenvolvimento infantil. Segundo Gobbi et al. (2022), a cidade não é apenas um lugar de residência para as crianças; é um espaço ativo onde elas exercem sua cidadania e direito à cidade. A presença infantil contribui para a construção social do espaço urbano, transformando-o com suas ações, brincadeiras e interações cotidianas.

Ao analisar os resultados da pesquisa, percebemos que os(as) professores(as) reconhecem a importância de criar e manter espaços onde bebês e crianças possam se expressar livremente e dos quais possam participar ativamente. Eles(as) veem suas práticas pedagógicas como uma forma de promover o direito à cidade a esses indivíduos, facilitando interações significativas que reconhecem e valorizam as suas contribuições ao ambiente urbano.

Esse reconhecimento vai ao encontro das ideias de Tonucci (2020, p. 42), para quem "[...] é preciso (Re)Pensar as cidades pelas lentes das crianças". Além disso, a pesquisa revelou que as práticas pedagógicas dos(as) docentes algumas vezes se voltam para a criação de espaços inclusivos e seguros, nos quais as crianças pequenas e os bebês possam explorar o ambiente urbano e interagir com ele. Isso reflete uma compreensão mais ampla da cidade como direito coletivo, um espaço a ser apropriado e transformado por seus habitantes mais jovens.

Conforme argumenta Lefebvre (apud Tonucci, 2020, p. 29), "[...] o direito à cidade envolve processos coletivos de apropriação e reclamação dos espaços da cidade, agregando em si vários direitos, associados a lutas pela habitação, cidadania, participação, direito à natureza urbana, direito à cultura, entre outras" Portanto, assegurar

a intersecção entre o direito à infância e à cidade implica reconhecer as crianças e os bebês como sujeitos plenos de direitos, cujas vozes e experiências são fundamentais à construção de espaços urbanos mais justos e inclusivos.

As práticas pedagógicas dos(as) educadores(as), ao promoverem esses direitos, podem não apenas enriquecer a experiência das crianças na cidade, mas também transformar a própria natureza de tais espaços, tornando-os mais acolhedores e equitativos a todos(as) os(as) habitantes.



Foto: Freepick



Direito à cidade na infância: materiais, estratégias e reflexões

Para articular o direito à cidade às práticas pedagógicas na Educação Infantil, especialmente no trabalho com bebês, é necessário contar com recursos que estimulem suas interações com o espaço e proporcionem experiências significativas e sensoriais. Aqui, apresentamos sugestões adaptadas tanto para bebês quanto para crianças maiores, abrangendo materiais físicos, ferramentas digitais e estratégias pedagógicas.

Materiais para exploração do território

Tapetes ou carrinhos de passeio: Para facilitar a interação dos bebês com o entorno da creche, utilize tapetes sensoriais móveis ou carrinhos que possibilitem passeios ao ar livre. Esses passeios podem ser momentos de observação e conexão com o ambiente urbano.

Kit sensorial: Inclui itens como caixas de música para ampliar os sentidos da criança, objetos com texturas diversas e materiais encontrados na natureza (folhas, pedras, galhos etc.). Esses itens podem ser colhidos durante passeios externos e explorados no ambiente da creche.

Bolhas de sabão: um recurso simples que encanta os bebês e crianças pequenas que cria uma experiência visual e de movimento que interage diretamente com o ambiente ao redor. Ao serem soltas em espaços abertos, as bolhas flutuantes capturam a atenção das crianças e estimulam sua curiosidade, proporcionando um momento brincante e agradável que se integra ao contexto urbano.



Foto: Freepick

Recursos pedagógicos para o ambiente

Painéis táteis e visuais: crie murais com elementos do entorno urbano, utilizando fotos, folhas, galhos ou texturas que os bebês possam tocar e explorar. Brinquedos de empilhar e encaixar temáticos: inclui brinquedos que remetem ao contexto urbano, como miniaturas de prédios, árvores e veículos, para estimular o progresso motor e a curiosidade sobre a cidade.

Espaços de movimento: esta experiência possibilita o desloca-

mento livre, com túneis, colchonetes e superfícies inclinadas para permitir que os bebês explorem diferentes formas de interação com o ambiente urbano. Esses espaços ajudam a promover o direito à cidade no sentido de oferecer um ambiente seguro e estimulante onde as crianças podem explorar, desenvolver suas habilidades motoras e se conectar com o espaço ao redor. Isso contribui para uma experiência mais integrada e inclusiva, permitindo que bebês e crianças pequenas se sintam parte ativa do espaço urbano desde pequenas.

Estratégias para envolver a comunidade

Piqueniques no entorno: organize momentos de convivência ao ar livre, convidando as famílias para participar e criar conexões entre os bebês e o território.

Cantos de memória coletiva: solicite que as famílias tragam objetos ou histórias que representem o território onde vivem. Esses elementos podem ser apresentados aos bebês por meio de atividades sensoriais e narrativas.

Recursos para formação docente

Observação compartilhada: organize encontros entre professores(as) para análise de registros fotográficos ou videográficos dos bebês em interação com o ambiente urbano, discutindo possibilidades de enriquecimento pedagógico.

Círculos de estudo sobre bebês: realize formações específicas para trabalhar o direito à cidade na infância, com foco em práticas sensoriais e interativas para os bebês.

Registro e avaliação

Diários sensoriais: crie registros com fotos, objetos específicos e objetos encontrados durante as interações dos bebês com o espaço urbano. Esses registros podem ser compartilhados com as famílias e usados para reflexão sobre o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Mapas interativos do território: construa mapas simples com imagens ou marcas feitas pelos bebês, baixe os locais visitados e suas experiências, proporcionando uma visualização do ambiente explorado.

Estratégias para mobilizar a escuta ativa para bebês e crianças pequenas nas creches urbanas

Observação atenta: observar atentamente às expressões faciais, gestos e movimentos dos bebês para compreender suas necessidades e emoções. Isso envolve olhar nos olhos dos bebês e das crianças e acompanhar seu comportamento com atenção.

Escuta sem pressa: reservar tempo para dar atenção plena aos bebês e às crianças, sem interrupções, para que eles(as) se sintam escutados(as). Demonstrar paciência e disposição para esperar que a criança formule suas respostas ou reações.

Aproveitar momentos de interação: durante brincadeiras, alimentação ou momentos de cuidado, usar este tempo para perguntar à criança sobre o que ela está sentindo ou pensando. Fazer perguntas abertas pode estimular a expressão verbal e não verbal,

afinal a conversa e a interação com os bebês de forma individual também favorecem seu desenvolvimento.

Aproximação física: manter um contato físico apropriado, como segurar as mãos ou fazer carinho, para criar um vínculo de confiança que facilita a expressão de sentimentos e necessidades.



Foto: Freepick

Planejar e avaliar: caminhos para integrar cidade e educação infantil

A avaliação e o planejamento são etapas essenciais para garantir que as práticas pedagógicas voltadas ao direito à cidade sejam efetivas e transformadoras. Esses processos precisam ser contínuos e participativos, integrando não apenas os(as) educadores(as), mas também as crianças, suas famílias e a comunidade. Aqui, apresentamos propostas para avaliação e planejamento que promovam uma reflexão crítica e orientem ações pedagógicas alinhadas aos princípios do direito à cidade.

Avaliação reflexiva

A avaliação deve ir além de um processo de verificação de resultados, configurando-se como um momento de reflexão e aprendizagem para todos(as) os(as) envolvidos(as). Algumas estratégias incluem:

Observação e registro contínuo: utilize registros fotográficos, anotações para documentar as interações das crianças com o ambiente urbano. Esses materiais podem ser analisados coletivamente pelos(as) educadores(as) para identificar avanços, desafios e novas possibilidades pedagógicas.

Rodas de conversa com crianças: para crianças maiores, promova rodas de conversa em que possam expressar suas opiniões sobre as experiências realizadas, os espaços visita-

dos e suas preferências. Com bebês, a observação de suas reações sensoriais e emocionais durante as atividades é essencial.

Envolvimento das famílias: compartilhe os registros das atividades com as famílias e convide-as a contribuir com feedbacks e sugestões. Esse diálogo pode enriquecer o planejamento e fortalecer a conexão entre a escola, a família e o território.

Planejamento participativo

O planejamento deve ser pensado como um processo colaborativo e adaptável, considerando as especificidades do território, as necessidades das crianças e as possibilidades dos(as) educadores(as). Para isso, propomos:

Mapeamento do território: realizar um levantamento das características do entorno da creche ou pré-escola, identificando espaços públicos, equipamentos culturais e pessoas que possam contribuir com as atividades pedagógicas. Esse mapeamento pode ser feito com a ajuda das famílias e da comunidade.

Planejamento integrado: articule diferentes campos do conhecimento (linguagens, natureza, sociedade e movimento) no planejamento das atividades, promovendo uma abordagem interdisciplinar e contextualizada.

Flexibilidade no planejamento: esteja aberto a adaptar as propostas pedagógicas conforme as respostas das crianças e as demandas emergentes do território.

Exemplos de planejamento: Projeto de exploração do bairro: planeje caminhadas periódicas com foco em diferentes elementos do

bairro, como a praça, o mercado ou abiblioteca. Registre as percepções das crianças e utilize esses dados para criar atividades relacionadas, como desenhos ou narrativas sobre os espaços visitados.

Atividades sensoriais com bebês: planeje momentos de interação com materiais encontrados no entorno, como folhas, pedras ou água, proporcionando experiências sensoriais que conectam os bebês ao ambiente urbano.

Feiras culturais nos centros de educação infantil/creches: organizar eventos temáticos que reflitam as culturas e histórias do território, envolvendo as famílias e a comunidade.

Autoavaliação dos(as) educadores(as)

Reflexão individual: Incentive aos(as) professores(as) a refletirem sobre suas práticas por meio de perguntas como: “Como incorporarei o direito à cidade em minhas propostas de vivências?”, “Quais desafios enfrentei?” e “Quais aprendizagens surgiram dessas experiências?”.

Encontros formativos: promova reuniões periódicas para que os(as) educadores(as) possam compartilhar suas experiências, discutir casos e planejar coletivamente.

Avaliação de impacto

Revisão coletiva: periodicamente, reúna a equipe pedagógica para avaliar o impacto das práticas no desenvolvimento e aprendizagem das crianças e na interação com o território.

Devolutiva da comunidade: solicite uma opinião das famílias e de outros membros da comunidade sobre os projetos realizados, utilizando questionários simples ou rodas de conversa.

Foto: Freepick



Sugestões para formação

Roteiros para encontros formativos

Faça perguntas norteadoras para debates entre educadores(as), como: “De que forma a prática pedagógica atual reflete o direito à cidade?” Dinâmicas de grupo: sugira atividades interativas que estimulemos(as) educadores(as) a pensar sobre a relação entre as crianças e a cidade, como a construção de mapas colaborativos ou estudos de caso.

Exemplos de planejamento pedagógico

Cronograma: proponha exemplos de cronogramas que integram o uso do território às práticas pedagógicas, incluindo tempo para registro, avaliação e reflexão.

Ferramentas de registro e avaliação

Questionários para famílias: inclui perguntas que podem ser usadas para coletar percepções das famílias sobre os projetos realizados e as mudanças observadas nas crianças.

Recursos visuais e didáticos

Cartazes e ilustrações: forneça materiais visuais que representem os conceitos de direito à cidade, cidadania e diversidade cultural, adaptados para o universo infantil.

Histórias ilustradas

Adicione narrativas curtas e ilustradas que expliquem o conceito de cidade para crianças pequenas, ajudando-as a compreender seu papel no território.

Leituras complementares

Artigos e textos teóricos: sugira leituras adicionais que aprofundem os conceitos trabalhados no caderno, como textos sobre o direito à cidade e práticas pedagógicas que discutam a democratização das cidades.

Livros Infantis

Lista de livros recomendados que abordam temas relacionados à cidade, diversidade, mobilidade e convivência.

Exemplos de boas práticas

Estudos de casos internacionais e locais: inclui a inclusão de projetos bem-sucedidos, como o Cidade das Crianças, de Francesco Tonucci, e iniciativas realizadas em contextos urbanos brasileiros.

Galeria de Imagens: apresente fotos de atividades realizadas em outros projetos que ilustram a integração da cidade às práticas pedagógicas.

Legislação e documentos curriculares

Textos integrais ou resumos: disponibilize partes relevantes do Marco Legal da Primeira Infância, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Currículo da Cidade de São Paulo – Educação Infantil, destacando os trechos relacionados ao direito à cidade.

Guias práticos

Anexe guias práticos sobre como interpretar e aplicar os documentos curriculares na perspectiva do direito à cidade.

Algumas considerações

Transformar o mundo é tarefa de todos(as) que se colocam à disposição de formar pessoas. Este Caderno, neste sentido, visa contribuir para o debate teórico e empírico acerca de como ampliar a cidadania desde a infância. Notou-se que, para que o direito à cidade não se restrinja somente a pequenas parcelas da população, é preciso sensibilizar o olhar. Onde estão nossos bebês e crianças nas cidades? Será que exercitamos o “poder de voz e escuta” desde bebês, ou apenas reproduzimos comportamentos “adulcentizados”?

Questionar a realidade atual perpassa dois caminhos: a ressignificação da prática profissional e a formação constante. Reconhecer bebês e crianças enquanto sujeitos de direitos, que precisam e devem ocupar os espaços urbanos, requer que saibamos o peso da nossa prática profissional no mundo, a partir das instituições de educação infantil. São os(as) educadores(as) que proporcionam à criança a primeira formação compartilhada com a família. Exercitar a escuta, portanto, é o primeiro passo para que nos tornemos adultos(as) que “saibam falar”. Isto é, não aceitem injustiças calados(as).

Evidente que esses processos educacionais perpassam condições objetivas, muitas vezes, pela ausência de afetos, necessidades básicas e especialmente atenção. E, neste sentido, promover uma Educação Infantil que se paute pela dignidade e pelos direitos sociais requer que também compreendamos que os avanços econômicos não estão desconectados da práxis social.

A desigualdade social hoje é com certeza um dos resultados mais cruéis do neoliberalismo, que reproduz em sua lógica práticas opressivas que são indiferentes e insensíveis ao sofrimento humano. Assim, nosso compromisso perpassa a revalorização do conhecimento como um dos passos para a libertação humana. A produção científica, pode e deve formar um arcabouço teórico-metodológico capaz de “dar visibilidade a voz” dos(às) oprimidos(as).

Por fim, é possível (e fundamental) pensar a cidade para além da sua morfologia, a fim de ressignificar o “direito à cidade”, ou melhor, universalizar tal direito. Com a mediação da vida social, sensorial e emocional, e a constante crítica à prática pedagógica, é possível desenvolver e resgatar novas formas de habitar e experienciar a vida nas cidades.

“As cidades são, “[...] ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios.” (Krenak, 2020, p. 20). Mas é válido ressaltar que a democracia nos espaços urbanos não está aquém da transformação humana. É preciso, portanto, resgatar nossas potencialidades de democratizar o mundo e encontrar nas cidades, um espaço onde todos(as) possam viver em harmonia” . (tradução das autoras)

Referências

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. Marco Legal da Primeira Infância. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Brasília: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 74ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOBBI, Márcia Aparecida. A cidade e as crianças: estudos sobre a infância e a vida urbana. São Paulo: Cortez, 2012. LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVA, Marta Regina Paulo da. Paulo Freire e as crianças: um convite à infância. Revista Inter-Ação, v. 46, n. ed. especial, p.1009-1019, 2021.

SÃO PAULO (Município). Currículo da Cidade de São Paulo – Educação Infantil. São Paulo: SME, 2019. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2024.

TONUCCI, Francesco. A cidade das crianças. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

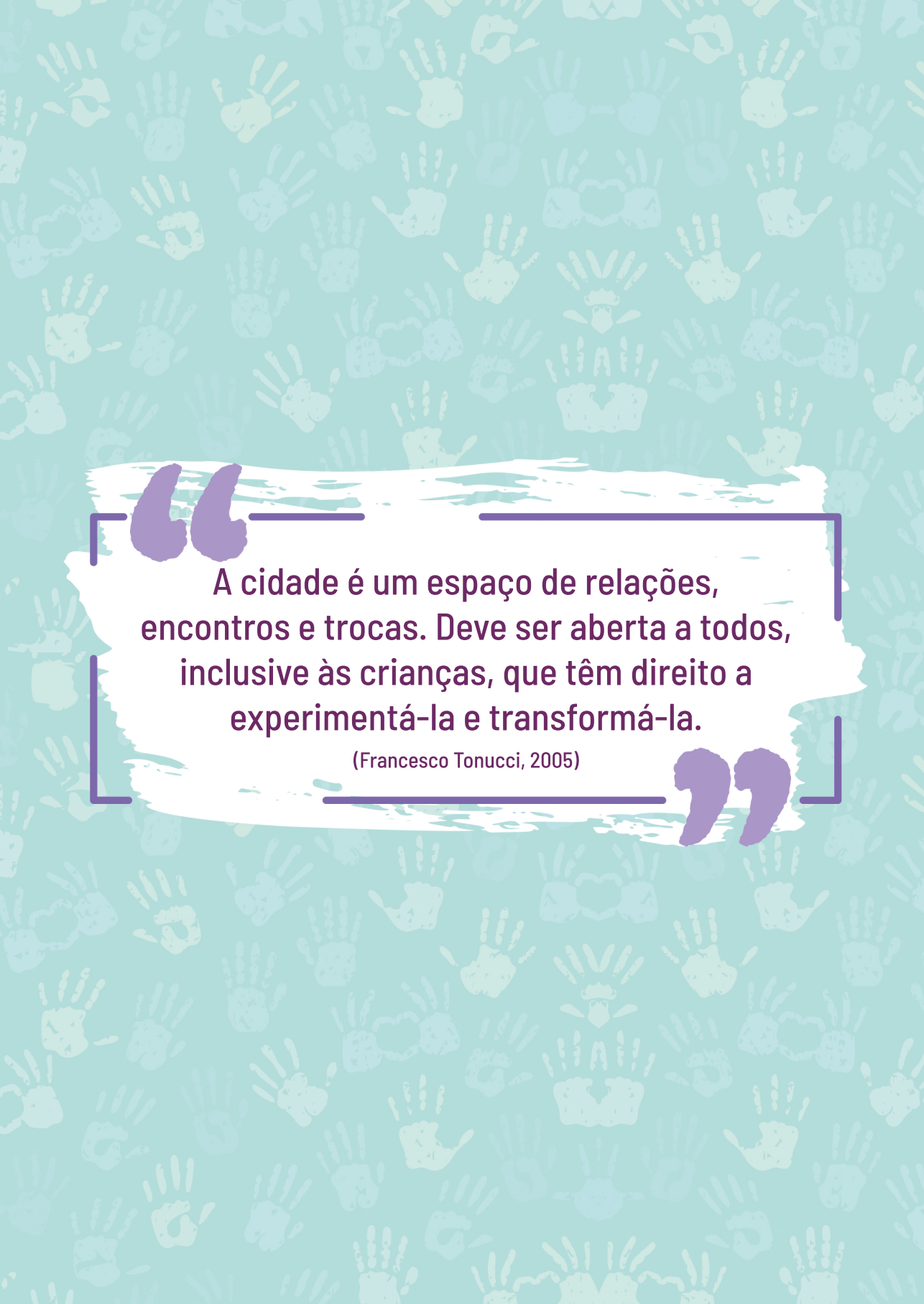
TONUCCI, Francesco. O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 234-257, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i40.6897. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6897>. Acesso em: 16 dez. 2024.

RIBEIRO, Raiana. Francesco Tonucci: a criança como paradigma de uma cidade

para todos. Educação e Território, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/francesco-tonucci-a-crianca-como-paradigma-de-uma-cidadepara-todos/> Acesso em 29 nov. 2024.

UNICEF. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: UNICEF, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios> . Acesso em: 24 nov. 2024.

Todas as imagens utilizadas neste material foram adquiridas por meio do site Freepik (www.freepik.com), respeitando os termos e condições de uso da plataforma.



**A cidade é um espaço de relações,
encontros e trocas. Deve ser aberta a todos,
inclusive às crianças, que têm direito a
experimentá-la e transformá-la.**

(Francesco Tonucci, 2005)